

## Marx, Keynes e Lucas: distinções e afinidades

Vinicius Ferreira Lins<sup>1</sup>

Lucas Trentin Rech<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo trata de três pensadores econômicos, formadores e/ou reformistas, de diferentes escolas pertencentes à ciência econômica. Procura-se entender o escopo metodológico em que cada autor está inserido e demonstrando as divergências entre eles, busca-se a formulação de um critério que torne a comparação entre os distintos autores possível. O trabalho pretende distinguir “economia monetária” e “economia capitalista, além de demonstrar as diferenças entre as “expectativas racionais” de Lucas e a “incerteza” Keynesiana. Não só tratando de diferenças persegue-se, também, a descoberta de elementos que possam aproximar os autores, tais como alguns traços teóricos de Keynes que aproxime-o da escola neoclássica.

**Palavras-Chave:** Marx; Keynes; Lucas; Metodologia; Conceitos.

## Marx, Keynes and Lucas: distinctions and affinities

**Abstract:** This paper discusses three revolutionary economists, creators or reformists, from different schools of economy. Pointing out the differences between them, from a criterion to make such a comparison possible, this text makes the important distinction between “monetary economy” and “capitalist economy”, not only that, it shows the incompatibility of the ‘rational expectations’ and the Keynesian ‘uncertainty’. Seeking the elements that can approximate the distinguish authors, this paper could find some theoretical features of Keynes that move closer to the neoclassical school.

**Keywords:** Lucas; Keynes; Marx; Concepts; Methodology.

---

<sup>1</sup> Mestrando do curso de Ciências Econômicas da Faculdade de Economia da Universidade Federal da Bahia. E-mail: <lins.vinicius@live.com>

<sup>2</sup> Mestrando do curso de Ciências Econômicas da Faculdade de Economia da Universidade Federal da Bahia. E-mail: <lksrech@hotmail.com>

## Introdução

No presente trabalho, busca-se o cotejo entre as diferentes visões dos referidos autores, levando em conta incerteza, expectativas e, sobretudo, diferenças metodológicas ou conceituais entre os autores.

Este artigo divide-se em três partes: na primeira, busca-se estabelecer algum critério de comparação que faça sentido entre Marx e Lucas, dada a natureza de suas concepções. Na seção seguinte, considera-se Marx e Keynes, em que se discute sobre os elementos que os aproximam e os distinguem, bem como a possibilidade (ou impossibilidade) de uma integração analítica entre os dois autores. Um elemento importante é a identificação dos conceitos de “economia capitalista” e “economia monetária”, presentes em Marx e Keynes, respectivamente. Na última parte, antes das considerações finais, Keynes é comparado com Lucas, os quais, do ponto de vista dos seus conceitos de expectativas e incerteza, apresentam distinções, a despeito de tentativas de alguns autores de aproximá-los. Disserta-se, também, sobre a existência de traços conservadores em Keynes, que o colocaria mais perto da tradição neoclássica.

## Marx e Lucas

Marx e Lucas se encontram em polos completamente opostos no que tange às suas contribuições para a teoria econômica. Se Marx com Keynes, e este com Lucas, suscitaram controversas tentativas de compatibilização teórica, esforços como tal no que diz respeito a Marx com Lucas sequer foram realizados em face da diferença estanque em qualquer conceito ou ângulo que se queira analisar. Convém, portanto, destacar as diferenças entre os pensamentos destes autores ao invés de perscrutar alguma remota similitude, empreitada esta, insiste-se, que seria fadada ao insucesso.

Estas diferenças analisadas dão-se de tal maneira que, inclusive, sequer faz sentido serem consideradas, como na comparação de Marx com Keynes, “conceito-a-conceito” (e.g, “dinheiro”)<sup>3</sup>. As distinções entre Marx e Lucas, devido à sua magnitude, situam-se em um plano bem menos específico do que as comparações Marx-Keynes e Lucas-Keynes.

---

<sup>3</sup> A exceção talvez seja a comparação mais específica do papel do Estado na economia, mas que deriva justamente de diferenças mais amplas na concepção dos autores. Discute-se brevemente o Estado em Lucas e em Marx mais adiante.

A diferença entre Marx e Lucas mostra-se de imediato no campo da economia, no qual cada um se situa. Marx é, *par excellence*, o representante de maior peso do lado da Economia Política, enquanto Lucas é um dos neoclássicos mais relevantes pelo lado da *Economics*. De acordo com Bueno (1997), a diferença fundamental entre as duas áreas jaz no papel que cada uma atribui à história e das consequentes ilações que advêm daí.

O pensamento de Lucas está baseado em uma racionalidade cuja característica é a a-historicidade, que advém do fato desta racionalidade ser formal, dedutiva e independente do contexto social e do tempo. Assim, independente do conteúdo das finalidades e da natureza dos meios, é possível afirmar uma relação formal de coerência entre meios e fins, concebendo-se a racionalidade como uma capacidade natural de casa um e de todos os indivíduos autônomos (AUGUSTO, 2010). A história, no contexto do pensamento de Lucas, é tão somente um processo exógeno de mudança de parâmetros que não invalida os teoremas fundamentais derivados pela teoria econômica (BUENO, 1997). Assim, em Lucas, não há classes sociais nem sociedade, apenas indivíduos.

Além disso, Lucas chega à conclusão de que o sistema tende à estabilidade do equilíbrio (ou, em outras palavras, é dinamicamente estável no longo prazo). As modificações em parâmetros conduzem a valores estacionários, provocando não mais do que mudanças entre diferentes equilíbrios. Este raciocínio traz consigo a inexistência de rupturas estruturais, destituindo a história de um papel relevante. A teoria das expectativas racionais, de Lucas, depende deste raciocínio para ser válida. Esta teoria está baseada na hipótese de que os agentes lançam mão de toda a informação disponível sobre o estado atual e futuro da economia. Dado isto, os agentes seriam capazes de antecipar situações de maneira racional, agindo no presente com base nas expectativas formadas. Percebe-se que a racionalidade das expectativas está subsumida à possibilidade de estabilidade e consequente anulação do papel das rupturas históricas.

O método dialético de Marx é lógico-histórico (MARX, 1985-1986; ROBLES BÁEZ, 2011; MARX e ENGELS, 2002), ou seja, não se coaduna com teorias cuja base está em leis imutáveis do comportamento humano, derivadas de um elemento a-histórico, como “essência humana”. Ao invés do agente racional, típico na análise de Lucas (que, diga-se de passagem, Marx certamente teria categorizado como “economista vulgar”), os agentes econômicos em Marx expressam-se em classes e

apresentam motivações e comportamentos historicamente determinados, evoluindo e se alterando com a sucessão das transformações da forma de organização social (CARDIM DE CARVALHO, 1986). O paradigma marxista atribui à história (cujo cerne é a luta de classes) um processo decisivo, pois esta passa a ser fundamental para a explicação das mudanças estruturais.

Em relação ao Estado e sua relação com o sistema capitalista, as concepções de Marx e Lucas são divergentes. No raciocínio neoclássico de Lucas, ocorre uma separação irrestrita entre Estado e mercado, no limite, se opondo de forma absoluta e que advém de uma mistura de ignorância histórica, oportunismo político e necessidade ideológica de justificar a sua total subordinação à lógica do capital. O Estado só se presta, assim, para estabelecer uma ordem jurídica que garanta a propriedade privada e a estabilidade das regras contratuais, através do exercício do monopólio legal da violência (FILGUEIRAS E DRUCK, 2010). Assim, em Lucas, para conciliar seu argumento das expectativas racionais com a estabilidade estrutural, o Estado é uma espécie de “agente estranho” ao processo econômico, cujas intervenções se prestam a gerar distorções e distanciar a economia de sua trajetória em direção ao equilíbrio. A posição de Marx quanto a este aspecto será examinada a seguir quando se coteja sua versão com a de Keynes, mas salienta-se desde já que em Marx o Estado tem um papel fundamental no processo de acumulação, sendo também um agente econômico relevante.

### **Marx e Keynes**

As análises de Marx e Keynes podem aproximar-se ou distanciar-se a depender do ponto de vista ou aspecto que se focaliza. Marx e Keynes tinham objetivos analíticos distintos no que diz respeito ao sistema capitalista, que advém de suas diferenças político-ideológicas e dos distintos contextos histórico-materiais sob os quais deram-se suas respectivas análises (diferenças e distinções de contexto cujo aprofundamento foge ao escopo do presente trabalho). Keynes, que cresceu e fez parte da escola neoclássica até a florarem suas ideias expostas em Keynes (1983), pode ser considerado um reformista do sistema capitalista (em meio à hecatombe em que este se encontrava no contexto da Grande Depressão). O economista inglês não estava interessado em desenvolver uma teoria no sentido da superação do capitalismo, sua preocupação

passava antes pela atenuação da natureza instável do sistema. Marx, por sua vez, é, *par excellence*, um crítico contumaz do capitalismo. Seu interesse passava por uma análise do funcionamento deste modo de produção e pela necessidade objetiva de sua superação.

Conforme Filgueiras e Druck (2010), as visões de Marx e Keynes não podem ser integradas teoricamente devido às suas visões muito distintas do capitalismo e às diferenças metodológicas flagrantes entre ambos. O ponto de partida da construção do objeto de estudo de Marx é a relação capital-trabalho, qual seja a relação fundamental sob a qual se constitui e está estruturada a sociedade capitalista. Este procedimento teórico-metodológico enseja conceitos e categorias econômicas que se encontram em um plano de elevado nível de abstração. Neste plano, trabalhadores e capitalistas se comportam de maneira relativamente passiva, pois estão subordinados à lógica mais geral do capital, que é seu movimento de valorização. Desse modo, o comportamento e as decisões dos agentes econômicos ficam em segundo plano no contexto que envolve tal nível de abstração. Daí sucede que a análise de Marx, o qual estava preocupado em delinear as características mais gerais do capital (o que todo e qualquer capital possui em comum), prescindiu da consideração da concorrência em suas próprias determinações (FILGUEIRAS E DRUCK, 2010). Isto é, a análise em elevado grau de abstração não exige a consideração do capital nas diferentes categorias nas quais ele se metamorfoseia no contexto da concorrência, seja capital financeiro, comercial, etc.

No que diz respeito a Keynes, ele constrói seu objeto de estudo a partir de um referencial metodológico distinto. Sua construção efetiva-se a partir das decisões individuais dos capitalistas no que tange à valorização de seu patrimônio, no contexto das relações intercapitalistas. Portanto, tendo como pano de fundo a esfera da concorrência entre os proprietários do capital, Keynes concebe a dinâmica da economia a partir dos comportamentos e das decisões subjetivas desses agentes, tendo por referência um ambiente de constante incerteza e instabilidade. Dessa forma, os conceitos e categorias que Keynes utiliza encontram-se em um plano de menor nível de abstração, se comparado com Marx (FILGUEIRAS E DRUCK, 2010).

Contudo, apesar das diferenças, ambos os autores estão situados em uma mesma categoria epistemológica, a qual se opõe à categoria neoclássica, isto é, tanto Marx

quanto Keynes estariam do lado da Economia política em contraposição à *Economics*, de Lucas<sup>4</sup>. Filgueiras e Druck (2010) afirmam ser possível que alguns aspectos da formulação do inglês podem ser subsumidos à contribuição teórica do alemão. Principalmente no que concerne às críticas de Keynes aos neoclássicos (que ele chamava de “clássicos”), como a não aceitação da Lei de Say e da neutralidade da moeda, a caracterização do sistema capitalista como instável (isto é, a derivação das crises de maneira endógena ao capitalismo) e a não separação entre Estado e mercado.

Em relação a este último aspecto, os autores destacam que tanto para Marx quanto para Keynes, o Estado é um elemento crucial do processo de acumulação. Tanto nos momentos de aceleração da valorização dos capitais: seja através da garantia da propriedade privada dos meios de produção, seja pela regulação dos mercados de trabalho e dinheiro, ou moderando a instabilidade que é apanágio do capitalismo; quanto nas crises, recriando as bases para o processo de acumulação. Assim, não tem lugar uma separação entre estas instituições, de forma que a presença do Estado na sociedade capitalista vai muito além de seu papel mais evidente de estabelecer uma ordem jurídica que garanta a propriedade privada e a estabilidade das regras contratuais, através do exercício do monopólio legal da violência (FILGUEIRAS E DRUCK, 2010).

Cardim de Carvalho (1986) oferece uma possibilidade de compatibilização da teoria monetária de Marx com as ideias pós-keynesianas, com clara inclinação à preponderância destes últimos. Segundo o autor, tanto Marx quanto Keynes não levaram em conta a dicotomia real x monetário, isto é, não aceitaram a ideia de que a moeda era neutra, havendo separação estanque entre variáveis reais e nominais na economia. Além disso, a importância das expectativas e incerteza, importantes para os pós-keynesianos, estava presente em Marx.

Cardim de Carvalho (1986) faz um *link* entre a noção de atividade produtiva social baseada na reificação, em Marx, e a noção de tempo em Keynes, que está intimamente relacionada à incerteza. O autor, usando Rubin (1987), salienta que para Marx a produção só se consolida social após a realização da troca no mercado, quando o trabalho individual vai se corroborar social, embora, para Cardim de Carvalho, já o

---

<sup>4</sup> Milonakis e Fine (2009) exploram com cuidado e clareza a transformação da Economia Política em *Economics* em seu livro *From Political Economy to Economics*. Teixeira (2000) também pode ser consultado a esse respeito.

tenha sido em certa medida, pois a produção se subordina a condições de mercado e situações de demanda durante o processo de produção, podendo a realização gerar resultados positivos ou negativos para o produtor. Como resultado da reificação<sup>5</sup>, há a transferência para o mercado da tarefa de alocar e organizar a utilização dos recursos. Esta noção seria afim com as ideias de Keynes sobre a necessidade de o empresário definir seus níveis de produção à base de expectativas em um ambiente marcado pela incerteza<sup>6</sup>, qual seja a ignorância sobre o futuro e sobre as consequências das decisões.

Também, segundo o autor, as interpretações de Keynes e Marx sobre o dinheiro são afins. Ambos rejeitam a neutralidade da moeda e, para Cardim de Carvalho, a teoria de Marx está consoante com a teoria da preferência da liquidez de Keynes, culminando com o fato de ambos refutarem categoricamente a Lei de Say (CARDIM DE CARVALHO, 1986).

Germer (1996), por sua vez, trata das inconsistências associadas às tentativas de compatibilização entre as teorias de Marx e Keynes, feitas tanto por pós-keynesianos quanto por marxistas. Segundo o autor, as diversas tentativas de compatibilização trazem consigo a omissão de aspectos fundamentais que colocaria em cheque a consistência de uma afinidade entre Marx e Keynes. Germer (1996) acredita que a teoria monetária de Keynes ainda endossou o campo da teoria subjetiva neoclássica dos preços, com base na escassez relativa de bens e na utilidade marginal, sendo diametralmente distinta da teoria do valor em Marx. Quanto à posição de Cardim de Carvalho (1986), discutida acima, Germer (1996) discorda. Para ele, o autor pós-keynesiano utiliza de maneira equivocada os termos “economia capitalista” e “economia monetária”, confundindo assim dinheiro com capital, além de desconsiderar um elemento fundamental na análise de Marx que é a relação de troca entre o capital e o trabalho, reforçando assim, a distância entre Marx e Keynes.

Em Marx, tanto dinheiro como capital são categorias que refletem relações entre os agentes econômicos, quais sejam relações sociais de produção. Mas cada um deles

---

<sup>5</sup>O conceito está associado à noção de que determinadas relações aparecem e deformam as verdadeiras relações sociais que são sua essência. Mais especificamente, as relações entre coisas assumem o papel das relações sociais entre pessoas, promovendo então uma reificação, coisificação, das mesmas (MARX, 1985-1986; RUBIN, 1987).

<sup>6</sup>Segundo Knight (1921), a incerteza aqui difere de risco por este ser passível de quantificação e, portanto, base para cálculos probabilísticos que guarneceriam as tomadas de decisão.

expressa não a mesma, mas diferentes relações. O dinheiro denota relações de compra e venda entre produtores de mercadoria, ainda no âmbito da circulação. Além disso, o dinheiro não serve para caracterizar especificamente o capitalismo, uma vez que esteve presente em outros modos de produção. Em outras palavras, o “monetário” não é a característica mais importante da definição de capitalismo, embora seja um elemento crucial para ensejar a relação-capital.

Enquanto em Marx o dinheiro é uma mercadoria especial advinda do desenvolvimento das trocas, em Keynes é uma criação arbitrária de uma autoridade, comunidade ou Estado (GERMER, 1996). Portanto, dinheiro para Keynes e Marx são categorias distintas, tanto na origem quanto no conceito em si. Isto já criaria uma inconsistência significativa entre as duas abordagens. O Capital, por sua vez, se expressa como uma relação entre proprietários e não proprietários dos meios de produção, situando-se, evidentemente, na esfera da produção. Em suma, “nem toda economia com componente monetário é capitalista, entretanto, toda economia capitalista tem no dinheiro um componente essencial” (GERMER, 1996,p.14). Portanto, apesar de Marx e Keynes terem considerado a moeda como uma variável fundamental, opondo-se assim à concepção de neutralidade da moeda e dicotomia real/monetário, o enfoque dado por cada um é diferente e os conceitos referentes ao tema não podem ser considerados como sinônimos.

Esclarecidas as noções de dinheiro e capital em Marx, fica mais fácil apreender a noção de preferência pela liquidez, que é um conceito elaborado por Keynes e que os pós-keynesianos advogam estar presente em Marx. Mollo (2003) alerta que em Marx, os agentes econômicos buscam a moeda por conta de uma necessidade objetiva relacionada à realização das mercadorias, que até pode ser postergada na presença do crédito, mas que acaba por se impor, culminando em crises. Para Keynes, diversamente, a preferência pela liquidez advém das expectativas subjetivas dos agentes em um ambiente de incerteza, de forma que os agentes demandam moeda (considerando sua função como reserva de valor) para se proteger no contexto deste ambiente incerto.

### **Keynes e Lucas**

A macroeconomia de Lucas surgiu nos anos 70 como uma alternativa à interpretação



keynesiana, a qual, segundo Lucas e Sargent (1981, *apud* FERRARI FILHO, 2003) teria sido responsável pelas maiores taxas de desemprego desde os anos 30 e não teria sustentação em termos científicos. A análise de Lucas buscava, então, se basear nos microfundamentos da macroeconomia, tendo por pano de fundo a concepção de uma economia do tipo *market-clearing*, isto é, uma situação na qual os mercados ajustam-se continuamente na direção do equilíbrio.

A noção de expectativas está presente tanto em Lucas quanto em Keynes. Contudo, apesar da mesma terminologia, os conceitos não devem ser confundidos. Lucas ficou conhecido, sobretudo pela sua hipótese das expectativas racionais<sup>7</sup>. Como visto na primeira seção após a introdução, a idéia central desta hipótese é que, em um contexto no qual as expectativas subjetivas dos indivíduos coincidem com a esperança matemática das expectativas condicionadas às suas observações passadas, as expectativas dos agentes econômicos em relação às variáveis econômicas na média são corretas (FERRARI-FILHO, 2003).

A noção de expectativas em Keynes está intimamente relacionada com seu conceito de incerteza, discutido mais profundamente adiante. Partindo-se de uma interpretação pós-keynesiana, argumenta-se que as expectativas, para Keynes, não são formadas a partir de uma espécie de valor esperado de distribuições de probabilidades baseadas em observações passadas. Diversamente de Lucas, Keynes se distancia da noção *market-clearing* e da estabilidade estrutural ao entender as expectativas como um elemento dinâmico e instável. As expectativas sofrem modificações sucessivas ao longo do tempo, e o fazem de uma maneira anárquica, de forma que não podem ser passíveis de estabilização, tal qual aparece na hipótese de Lucas: “decisões humanas que afetam o futuro, por razões pessoais, políticas ou econômicas, não podem depender de expectativas matemáticas, visto que para elas não existe base de cálculo” (KEYNES, 1964, *apud* FERRARI-FILHO, 2003, p.294). Portanto, apesar de terem um caráter subjetivo, afastando-se assim de Marx, as expectativas keynesianas não se coadunam com as expectativas racionais de Lucas.

Em Lucas, a incerteza corresponde a uma situação de probabilidade numericamente

---

<sup>7</sup> Do nosso ponto de vista, o conceito buscava ser uma crítica não só ao referencial teórico keynesiano, mas também uma contribuição mais sofisticada que a formulação monetarista desenvolvida por Milton Friedman, qual seja a hipótese das expectativas adaptativas, sendo assim, um desenvolvimento no interior da teoria novo-clássica.

mensurável, probabilidade que é vista como uma propriedade da realidade material. Assim, incerteza para Lucas não difere de risco, de forma que é também passível de quantificação e, portanto, base para cálculos probabilísticos que guarneceriam as tomadas de decisões, justificando, assim, a racionalidade maximizadora. Este raciocínio também serve para corroborar a noção de expectativas racionais, pois as decisões poderiam assim ser tomadas com base no cálculo das expectativas matemáticas a partir de séries de dados. Para isto, o contexto precisa incorporar a presença de um sistema ergódico, qual seja aquele de caráter determinista, cuja trajetória pode ser estudada e prevista. Isto, convenientemente, casa perfeitamente com a noção de estabilidade e tendência ao equilíbrio, conceitos fundamentais para o pensamento neoclássico no qual Lucas está inserido.

A incerteza em Keynes, por sua vez, tem a ver com a impossibilidade de determinação *a priori* de todos os fatores ou variáveis que exercerão influência entre o momento da decisão de se engendrar um determinado plano de investimentos e o momento no qual se obtém efetivamente os resultados, de forma que fica difícil ou mesmo impossível de se efetuar uma previsão segura que poderia vir a servir como base para uma decisão racional e factível (CARDIM DE CARVALHO, 1989). Portanto, em Keynes, fica clara a rejeição a um mundo ergódico, pois a lógica da probabilidade, *per se*, não garante nenhuma certeza.

Vercelli (1991) tenta compatibilizar a teoria de Keynes e Lucas em torno do conceito de “K-incerteza”, que seria uma situação na qual poderia não haver convergência para uma distribuição de probabilidade extremamente confiável, ou mais especificamente, um tipo de grau de confiabilidade da distribuição e, portanto, dos cálculos daí executados. O esforço do autor pode ser compreendido como uma tentativa de aplicar ao conceito de Keynes a possibilidade de cálculos probabilísticos, no sentido de legitimar este procedimento. Evidentemente, trata-se de uma deturpação do conceito de incerteza de Keynes, tal como este foi exposto acima.

Apesar das diferenças expostas acima, em torno dos conceitos de incerteza e expectativas, Macedo e Silva (2003) atesta que Keynes, apesar de, em alguns sentidos, expressar uma ruptura com o que seria o *hardcore*<sup>8</sup> do pensamento neoclássico,

---

<sup>8</sup> *Hardcore* (“núcleo duro”, numa tradução livre) indica as noções e conceitos fundamentais de uma

apresenta continuidades que expressam conciliação com a ortodoxia neoclássica, continuidades estas que poderiam ser suprimidas por não decorrer de necessidade lógica para sua teoria (MACEDO E SILVA, 2003). Dessa forma, Keynes não estaria tão distante assim do campo teórico de Lucas. O autor considera que Keynes caiu em uma “armadilha do equilíbrio”, pois não se desvencilhou da metodologia neoclássica, fato que se expressa no seu tratamento de questões microeconômicas e do equilíbrio macroeconômico, bem como da convivência com esta dicotomia micro *versus* macro. Para Macedo e Silva (2003), Keynes demonstrou uma aquiescência com a descrição ortodoxa do funcionamento dos mercados, ao recorrer a procedimentos equilibristas em suas teorias da produção, do *portfolio* e do consumo. Em suma, “Keynes deixou-se aprisionar por uma ‘armadilha do equilíbrio’, a qual consistia em aceitar um debate em termos de teoremas de equilíbrio geral” (MACEDO E SILVA, 2003, p.378).

### **Considerações finais**

Marx e Lucas pertencem a diferentes correntes do pensamento econômico, devido a seus diferentes pressupostos, podem ser caracterizados, tal como, em polos opostos, particularmente as consequências da consideração da história e instabilidade entre estes autores. Tais considerações são fundamentais não apenas para se compreender a razão de Lucas e Marx, individualmente, situarem-se em posições opostas, como também para identifica-los como ícones de escolas do pensamento econômico antagônicas.

As análises de Marx e Keynes podem se coadunar e se distinguir a depender do ponto de vista ou aspecto que se focaliza. Autores veem ambos do lado da Economia Política, unidos pela noção de instabilidade estrutural do sistema. No entanto, apresentam divergências conceituais significativas que amiúde são omitidas pelos que desejam uma aproximação entre eles. Ao aproximar-se metodologicamente da ortodoxia, o trabalho seminal de Keynes deixou de apresentar um caráter verdadeiramente revolucionário (ao menos em potencial), a despeito das rupturas relevantes.

No que tange ao cotejo entre Keynes e Lucas, os conceitos de expectativas e

---

teoria.

incerteza de ambos apresentam uma série de diferenças, até mesmo pelas razões que colocam Keynes no campo da Economia Política e Lucas na *Economics*. No entanto, dado o desenvolvimento da discussão nos termos do paradigma neoclássico, a obra de Keynes apresenta traços conservadores que identificam-no com a escola de Lucas. Isto é, a metodologia do trabalho de Keynes, ao mesmo tempo em que se colocou como empecilho ao caráter revolucionário do seu trabalho (como supracitado), por outro lado (*et pour cause*), ratifica sua classificação como adepto da ortodoxia.

### REFERÊNCIAS

- BUENO, Nilton Paulo. **Um critério de demarcação para a abordagem da economia política.** *Pesquisa & Debate*. São Paulo, PUC-SP, v. 8, n. 1, 1997.
- CARDIM DE CARVALHO, Fernando José. A teoria monetária de Marx: uma interpretação pós-keynesiana. **Revista de Economia Política**. São Paulo, v. 6, n.4, p. 5-21, out.-dez.,1986.
- CARDIM DE CARVALHO, Fernando José. Fundamentos da escola pós-keynesiana: a teoria de uma economia monetária. In: AMADEO, E. (org.). **Ensaio sobre economia política moderna**. São Paulo: Marco Zero, 1989.
- FERRARI FILHO, Fernando. “Keynesianos”, monetaristas, novos-clássicos, novos-keynesianos: uma leitura pós-keynesiana. In: LIMA, G. T. e SICSÚ, J. **Macroeconomia do emprego e da renda: Keynes e o keynesianismo**. Barueri, SP: Manole, 2003.
- FILGUEIRAS, Luiz; DRUCK, Graça. Marx e Keynes: Estado e crises do capitalismo. **Revista Nexos Econômicos**. Salvador, v. 4, n.07, p. 07-31, 2010.
- GERMER, Claus Magno. **“Economia monetária” ou “economia capitalista”**. Estudos Econômicos, São Paulo, v. 26, Número Especial, 1996.
- GUIMARÃES AUGUSTO, André. Teoria da ação na escola neoclássica: Uma resenha crítica. **Pesquisa & Debate**, SP, v. 21, n. 2, p. 225-246, 2010.
- KEYNES, John Maynard. A teoria geral do emprego, do juro e da moeda. Tradução por Márcio R. da Cruz. In: **Os Economistas**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- KNIGHT, Frank. **Risk, Uncertainty and Profit**. Boston: Houghton-Mifflin, 1921.
- MACEDO E SILVA, Antonio Carlos. A economia de Keynes e a “armadilha do equilíbrio”. In: LIMA, G. T. e SICSÚ, J. **Macroeconomia do emprego e da renda: Keynes e o keynesianismo**. Barueri, SP: Manole, 2003.
- MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. In: **Os Economistas**. São Paulo:

Abril Cultural, 1985 -1986.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Trad. Castro e Costa, L. C. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. Moeda, taxa de juro e preferência pela liquidez em Marx e Keynes. In: LIMA, G. T. e SICSÚ, J. **Macroeconomia do emprego e da renda: Keynes e o keynesianismo**. Barueri, SP: Manole, 2003.

ROBLES BÁEZ, Mario. “**La influencia del método “lógico-histórico” de Engels en las interpretaciones sobre el objeto de la sección primera del Tomo I De El capital de Marx: crítica y propuesta**”, 2011. Disponível em: <<http://marxismocritico.com/2011/10/11/la-influencia-del-metodo-logico-historico-de-engels/>> Acesso em: 3 de abr., 2015.

RUBIN, Isaak Illich. **A Teoria Marxista Do Valor**. São Paulo, Polis, 1987

TEIXEIRA, Aloísio. Marx e a economia política: a crítica como conceito. **Revista Econômica**. n. 4, p. 85-109, 2000. Disponível em: <<http://www.uff.br/revistaeconomica/v2n2/5-aloisio.pdf>> Acesso em: 3 de abr., 2015.

VERCELLI, Alessandro. **Methodological fundantions of macroeconomics: Keynes and Lucas**. New York, Cambridge University Press, 1991.